



COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP

CNPJ/MF: 62.577.929/0001-35

NIRE: 3530001003-5

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

DATA/HORA E LOCAL: Aos 17 dias do mês de junho de 2025, às 10 horas, foi realizada a Reunião do Conselho Fiscal no formato híbrido, por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams e presencialmente, na Sede da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, situada na Rua Águeda Gonçalves, 240, CEP: 06760-900, Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo.

PRESENCAS: Participação dos membros em exercício, conforme descritos: Membros do Conselho Fiscal: TARCILA PERES SANTOS, LUZIA VALÉRIA SARNO; MAURÍCIO BARUTTI DE OLIVEIRA; WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO; ROBERTO CÉSAR DE OLIVEIRA VIÉGAS. SANDRA MARINALVA DA SILVA SOARES, representando o Escritório de Governança (CDEG) e na qualidade de secretária da reunião. Os membros do Conselho Fiscal receberam a convocação da reunião e os respectivos documentos por meio da Plataforma Atlas Governance.

PARTICIPAÇÃO: CAMILO COGO CAVALCANTI, Diretor Administrativo e Financeiro (DAF); RICARDO LOURENÇO, Gerente de Facilities (GFL); GLAUBER ALEIXO FREDIANI, Gerente da Controladoria (CTR); David Carlos Franconere de Oliveira, Assessor Técnico da Gerência de Recursos Humanos (GHU); THAISA MAIRA DEMARTINI FRÉ, Gerente de Auditoria (ADT); JORGE LUIZ DE SOUZA, Gerente de Licitações e Suporte Administrativo (GLS); SIMONE YUMI MATSUBARA, Coordenadora de Apoio Técnico Administrativo (CAPT).

ORDEM DO DIA:



1. Leitura da Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal realizada em 20 de maio de 2025.

Os membros do Conselho Fiscal leram e aprovaram, por unanimidade, a Ata da Reunião Ordinária realizada em 20 de maio de 2025.

2. Ciência e apresentação do novo membro do Conselho Fiscal, Sr. Roberto César De Oliveira Viégas, como membro efetivo, em substituição ao Sr. José Lopes Hott Júnior, nos termos Parecer CODEC 029/2025, de 06/06/2025.

A representante do Escritório de Governança, Sra. Sandra Marinalva da Silva Soares, apresentou aos membros do Conselho Fiscal as informações constantes do Parecer CODEC nº 029/2025, de 6 de junho de 2025, por meio do qual tomaram ciência da **eleição do Sr. Roberto César de Oliveira Viégas como membro efetivo do Conselho Fiscal**, em substituição ao Sr. José Lopes Hott Júnior, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 10 de junho de 2025. Durante a reunião, foram registrados votos de boas-vindas ao Sr. Roberto César, acompanhados de desejos de pleno êxito no exercício de suas atribuições junto ao colegiado.

3. Ciência do Parecer CODEC 029/2025, o qual versa sobre a Assembleia Geral de Acionistas Extraordinária, realizada em 10/06/2025 (Eleger membro do Conselho Fiscal; Ratificar a eleição de membro para o Conselho de Administração)

Ainda com a palavra, a representante do Escritório de Governança, apresentou aos membros do Conselho Fiscal o Parecer CODEC nº 029/2025, de 06 de junho de 2025, que versa sobre a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 10 de junho de 2025, na qual foram tratados os seguintes temas: **1 - Eleição de membro do Conselho Fiscal; 2- Ratificação da eleição de membro para o Conselho de Administração; 3 - Outros assuntos de interesse da Sociedade.** Após a apresentação, os membros do Conselho Fiscal tomaram ciência do conteúdo do referido parecer.

4. Ciência da homologação da Licitação Pública nº 003/2025 (imóveis que compõem o complexo denominado “Imóvel Mooca”, localizado à Rua da Mooca nº 1921. São Paulo - SP)

O Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. Camilo Cogo Cavalcanti, juntamente com o Gerente de Facilities, Sr. Ricardo Lourenço, apresentou ao Colegiado o tema referente ao processo completo referente à Licitação Pública nº 003/2025, cujo objeto é a alienação do imóvel situado na Rua da Mooca, nº 1921, São Paulo/SP, integrante do patrimônio da Companhia. O imóvel possui área total aproximada de 24 mil m² e encontra-se em elevado estado de ociosidade (2%) desde a desativação das atividades físicas da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (IMESP), em 2023. Foi informado que a readequação do imóvel para outro uso demandaria investimentos estimados em [REDACTED] milhões, além de regularizações e adequações técnicas e legais. Diante da subutilização e do alto custo de reativação, a Diretoria deliberou, anteriormente, pela alienação do ativo. Desde então, foram realizadas quatro tentativas de venda: duas licitações públicas desertas, uma tentativa de venda direta (nos termos do regulamento da Companhia) e, por fim, a atual licitação, precedida de atualização do laudo de avaliação e reformulação das condições de pagamento. Nesta última, participaram quatro empresas, das quais três foram habilitadas. A proposta vencedora foi apresentada pela empresa CBR 234, com valor superior ao estimado no laudo de avaliação vigente. Durante o certame, foram interpostos dois recursos: um pela empresa CCISA181, participante da licitação, e outro pela empresa TRISUL, não participante. Ambos foram considerados improcedentes, uma vez que o atraso


SS
39619


LS
41940


MO
41932


RCOV
45134

de dois minutos na entrega do envelope pela empresa vencedora não comprometeu a lisura ou a isonomia do processo, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), que repudia o formalismo excessivo. Os membros do Colegiado tomaram ciência do processo e do desfecho da licitação, reconhecendo o trabalho técnico, estratégico e persistente da área responsável ao longo de quase três anos. Registraram agradecimentos aos expositores e às equipes envolvidas, pelo **êxito** na condução do processo e pelo expressivo resultado alcançado, que representa um ingresso relevante de recursos para a Companhia.

5. Ciência da posição econômica e financeira da Companhia: (atendimento aos itens 4.1, 4.2 e 4.3 do planejamento anual do CF)

a) Resultados acumulados - até maio/2025; b) Contas a Receber; c) Fluxo de Caixa

O Conselho Fiscal, tomou ciência da posição econômico-financeira da Companhia até maio de 2025, a partir da apresentação realizada pelo Sr. Glauber Aleixo, Gerente da Controladoria, contemplando os resultados acumulados, situação de contas a receber e fluxo de caixa.

Durante a exposição, foi novamente trazido à pauta o tema da **imunidade tributária**, com destaque para a **imunidade recíproca**, que se encontra em estágio avançado de análise jurídica. Foi informado que o julgamento favorável já foi obtido, estando em elaboração os pareceres jurídicos e o levantamento de créditos dos últimos cinco anos. Contudo, o Conselho manifestou **preocupação** com a lentidão do processo, especialmente no que se refere à **isenção de ISS**, cuja tramitação depende da contratação de consultoria e ação junto ao município. Foi consenso entre os conselheiros que o tema é **prioritário e crítico**, sendo potencialmente benéfico para o equilíbrio financeiro da Companhia, principalmente diante das limitações atuais de caixa. Assim, foi **deliberado** o acompanhamento contínuo deste assunto, com apresentação da evolução das providências na próxima reunião, devendo ser registrada a solicitação em ata.

Com relação aos **Resultados acumulados - até maio/2025**, foi apresentada receita acumulada de [REDACTED] milhões até o mês de maio, com desempenho ligeiramente acima do orçamento. No entanto, o resultado líquido ficou negativo em [REDACTED] mil, representando prejuízo menor que o inicialmente previsto no orçamento (que estimava déficit de [REDACTED] milhões). A Controladoria destacou que a variação positiva da receita foi puxada, sobretudo, pelos contratos com CEDUC, CEPAS e DIPOL, embora estes apresentem margens estreitas, o que dificulta a conversão da receita adicional em lucro.

Adicionalmente, a ausência de previsibilidade no faturamento da coleta biométrica continua representando um fator de pressão sobre os resultados. Dentre os impactos negativos mais relevantes no mês, foram mencionadas a provisão de devedores duvidosos (PDD) no valor de [REDACTED] milhões, relacionada à DIPOL, e a baixa de [REDACTED] milhões em créditos da saúde, considerados incobráveis. Ambos os lançamentos afetaram diretamente o resultado do período.

Quanto ao **Contas a Receber**, destacou-se avanço relevante na recuperação de valores atrasados, especialmente no segmento da saúde, como resultado das ações de cobrança e notificações formais emitidas. A Controladoria ressaltou que continuará com esse esforço, prevendo novas notificações, como no caso da Secretaria da Agricultura, que possui saldo vencido de [REDACTED] milhões.

Durante a análise dos valores vencidos nas contas a receber, os Conselheiros manifestaram preocupação com o saldo referente ao DETRAN, que permanece em aproximadamente [REDACTED] milhões, sem evolução há mais de um ano. Foi levantada a hipótese de que parte desse valor não



esteja sendo reconhecida pelo órgão como decorrente de serviços efetivamente prestados, o que exige uma apuração mais aprofundada.

Diante disso, os conselheiros **destacaram** a importância de fortalecer os mecanismos de governança na execução de projetos, especialmente no que se refere ao controle da entrega dos serviços e à obtenção de aceite formal por parte dos clientes, visando assegurar a integridade das receitas contabilizadas. **Recomendaram**, assim, que a Companhia reavalie seus processos e controles de governança contratual, com atenção especial aos critérios de validação e marcos de aceite, de modo a mitigar riscos de faturamento indevido e garantir maior transparência.

Além disso, **foi solicitado** à Controladoria que esclareça se a nova célula criada para atendimento exclusivo ao DETRAN terá, entre suas atribuições, a responsabilidade de revisar e negociar essas pendências. Espera-se que essa resposta, bem como uma proposta de encaminhamento, seja apresentada na próxima reunião.

Acerca do **Fluxo de Caixa**, o saldo da conta corrente ao final de maio/2025 foi de **███** milhões. Considerando os valores retidos e condicionados, esse montante se ajusta a **███** milhões disponíveis. A Controladoria informou que a projeção do fluxo de caixa foi temporariamente suspensa neste mês, em função de reavaliação das novas receitas oriundas de projetos em fase de estruturação (como motor biométrico, gestão de acessos, R&D e outros). A área está aguardando informações atualizadas da equipe comercial para refinar a projeção, que deverá ser retomada na próxima apresentação.

Após o exposto pelo Gerente da Controladoria, e considerando as **recomendações e solicitações** realizadas ao longo da reunião, o Colegiado agradeceu as informações apresentadas, ressaltando a importância da continuidade do monitoramento dos temas abordados e o encaminhamento das ações discutidas para deliberação.

6. Ciência das providências sobre o Benefício 'Filhos Excepcionais' - Avaliação da Folha de Pagamentos (agosto/2024)

O Sr. David Carlos Franconere de Oliveira, da Assessoria Técnica da Gerência de Recursos Humanos, expôs ao Colegiado as providências adotadas pela Companhia em relação à tributação indevida do benefício **“Filhos Excepcionais”** na folha de pagamento, conforme apontamento realizado pela Auditoria Interna e levado ao conhecimento do Comitê de Auditoria Estatutário. Explicou que o equívoco consistia na inclusão indevida do valor do benefício na base de cálculo do imposto de renda retido na fonte, sendo que o referido auxílio, por sua natureza assistencial e voltado a dependentes com necessidades especiais, deveria estar isento da referida tributação.

Na sequência, foram detalhadas as ações corretivas implementadas, incluindo ajustes sistêmicos realizados a partir de janeiro/2024 e a reabertura da folha desde esse período, com a devida exclusão do valor da base de cálculo do imposto. Também foi exposto o trabalho de levantamento dos valores retroativos referentes ao período de julho/2020 a dezembro/2023, abrangendo funcionários ativos, inativos e desligados, com previsão de conclusão de todos os pagamentos até julho/2025.

O Colegiado reconheceu a relevância do tema, tanto sob o aspecto de conformidade legal quanto de valorização e respeito aos colaboradores da Companhia, **recomendou** a continuidade do monitoramento dos pagamentos retroativos, especialmente no que tange aos desligados, e **sugeriu** que seja avaliada a possibilidade de comunicação individual aos colaboradores beneficiados, de forma clara e acolhedora, sobre os valores restituídos e os critérios adotados. **Solicitou** também a



atualização do tema na próxima reunião, com a confirmação da conclusão dos pagamentos pendentes.

Por fim, parabenizou a área responsável pela condução técnica e sensível do tema, destacando o cuidado com a correção do processo e a efetiva reparação dos valores indevidamente recolhidos dos colaboradores ao longo dos últimos anos.

7. Ciência da proposta de revisão do Regimento Interno da Auditoria, elaborada em conformidade com a Resolução CGE nº 15, de 24 de outubro de 2024

A Sra. Thaisa Maira Demartini Fre, Gerente de Auditoria, apresentou aos membros do Colegiado a proposta de revisão do Regimento Interno da Auditoria, elaborada em conformidade com a Resolução CGE nº 15, de 24 de outubro de 2024. Informou que o documento passou por uma reformulação completa, com o objetivo de atender às novas exigências normativas, destacando que a versão anterior do regimento tinha foco excessivo em aspectos operacionais e insuficiência de conteúdo sobre as atribuições estratégicas da Auditoria Interna.

Entre as principais alterações trazidas pela resolução, a Gerente destacou o novo papel atribuído ao Conselho de Administração, especialmente no que diz respeito à avaliação do gestor da Auditoria Interna, função agora sob responsabilidade direta do Conselho. Ressaltou ainda que a Auditoria Interna possui duplo vínculo, com o Conselho de Administração e com a Presidência da Companhia, o que poderá demandar ajustes complementares no regimento do próprio Conselho.

Informou que o documento já foi submetido à análise jurídica e à apreciação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), estando atualmente em fase final antes de sua submissão para aprovação formal pelo Conselho de Administração. Reforçou que, por solicitação do Presidente do Conselho, o Colegiado foi previamente informado sobre o conteúdo, como forma de garantir transparência e alinhamento com as instâncias de governança.

Em meio a apresentação, foram feitas contribuições e sugestões pelos membros do Colegiado, com destaque para as proposições do Conselheiro Wagner de Campos Rosário, que **recomendou** os seguintes aprimoramentos: **(i)** Modificar a redação do inciso IV do art. 2º, substituindo a expressão “Controle Interno” por “Controles Internos”, com o objetivo de alinhar a terminologia ao uso mais consolidado e evitar confusões conceituais com a Auditoria Interna; **(ii)** No inciso VI do art. 2º, aproximar o conceito de Governança ao disposto no Decreto Estadual nº 68.159/2023, garantindo consistência normativa e alinhamento às diretrizes do governo estadual; **(iii)** No inciso VIII do mesmo artigo, aperfeiçoar o conceito de “indício de ilícito”, buscando maior clareza e precisão na definição; **(iv)** No inciso XII do art. 2º, inserir de forma explícita que, no conceito de objetividade, o auditor deve emitir opiniões fundamentadas em fatos e evidências concretas; **(v)** No art. 10, substituir a expressão “manter qualquer relação” por “participar de qualquer tipo de atividade ou manter qualquer tipo de relacionamento”, ampliando a abrangência e eliminando ambiguidades; **(vi)** No parágrafo único do art. 10, reforçar a utilização do conceito de “órgão de controle interno” como sinônimo de “Auditoria Interna”, o que também reforça a alteração sugerida no inciso IV do art. 2º quanto à terminologia; **(vii)** No art. 20, substituir a expressão “Planejamento baseado em riscos” por “PAINT” (Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna), conforme a nomenclatura técnica vigente; **(viii)** No art. 23, sugeriu-se suprimir o inciso I, por considerá-lo desnecessário, bem como a alínea “b” do inciso V, por não agregar elementos relevantes ao conteúdo normativo.

A Gerente de Auditoria agradeceu pelas contribuições recebidas e comprometeu-se a realizar uma nova rodada de validações com o Comitê de Auditoria Estatutário e a área Jurídica, a fim de


SS
39619


LS
41940


MO
41932


RCOV
45134

incorporar, sempre que possível, as sugestões à versão final do regimento, respeitando os fluxos e prazos internos para aprovação.

O Colegiado agradeceu a apresentação e manifestou apoio à atualização do Regimento Interno da Auditoria, reconhecendo sua importância para o fortalecimento da governança, do controle institucional e da transparência nos processos internos. **Recomendou**, ainda, que as sugestões apresentadas sejam cuidadosamente avaliadas e incorporadas, com foco na clareza conceitual, no alinhamento às normas vigentes e na adequada delimitação de competências da Auditoria Interna.


8. Ciência dos processos licitatórios e das modalidades de aquisições e contratações pela empresa, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade (atendimento ao item 11.2 do planejamento anual do CF)

O Sr. Jorge Luiz de Souza, Gerente de Licitações e Suporte Administrativo, expôs o **panorama acumulado das licitações no ano**, destacando que o mês de maio apresentou um resultado excepcional, com uma economia registrada de ■■■ milhões. Essa economia foi fortemente influenciada por uma licitação específica, cuja Ata de Registro de Preços envolveu a contratação de suítes da Diretoria de Operações (DOP). No total, até o momento, foram finalizadas sete licitações no ano, das quais seis foram homologadas com resultados positivos e uma considerada fracassada. O impacto mais significativo no resultado foi ocasionado pelas alterações contratuais e técnicas introduzidas na nova ata da contratação de suítes. Segundo o gerente, houve mudanças importantes na configuração técnica dos produtos contratados, especialmente na parte de assistência técnica e garantia, que passaram de 36 para 60 meses, além de outras melhorias nos equipamentos. Por esse motivo, não foi possível utilizar os contratos anteriores ou referências de mercado como base para comparação de preços. As pesquisas de preço foram feitas diretamente com empresas fornecedoras, mas os valores retornados apresentaram elevação, o que limitou a possibilidade de mensurar uma economia efetiva.

Ainda de acordo com a apresentação, a contratação atual manteve-se dentro dos valores da ata anterior, mesmo com a melhoria da configuração técnica e contratual. O contrato anterior, firmado em 2022, era de ■■■ milhões, enquanto o atual atingiu ■■■ milhões, diferença de ■■■ milhões que, embora reflita aumento nominal, também incorpora melhorias expressivas nos serviços e produtos contratados. Foi informado que a DOP não aceitou utilizar os parâmetros da ata anterior nem contratos similares no mercado, devido às especificações técnicas distintas, o que obrigou a área de licitações a basear-se exclusivamente em orçamento de fornecedores. Essa limitação metodológica gerou questionamentos por parte de membros do Conselho quanto à validade do valor apresentado como economia no mês. Foi reconhecido que, embora tecnicamente correto do ponto de vista orçamentário, o valor não representa necessariamente uma economia real, uma vez que não houve base comparável concreta.

No acumulado de janeiro a maio, foram realizadas 39 licitações, das quais 36 foram homologadas (sendo 34 com economia estimada) e 13 fracassadas. Há ainda 13 licitações em andamento previstas para os próximos meses. Observou-se também que a economia geral no período acumulado atingiu ■■■ milhões. O impacto mais significativo continua sendo da Diretoria de Operações (DOP), com resultados importantes. Foram ainda mencionadas duas licitações presenciais, uma realizada em janeiro e outra em março. As demais ações de pré-qualificação, repactuação, licitações públicas e suspensões seguem em andamento, com destaque para atividades em maio e nova previsão de ações em julho.

Na sequência da reunião, a Sra. Simone Yumi Matsubara Coordenadora de Apoio Técnico Administrativo apresentou as contratações por **inexigibilidade e dispensa de licitação**. No mês,


SS
39619


LS
41940


MO
41932


RCOV
45134

foram firmados dois contratos por inexigibilidade: um no valor de [REDACTED] mil com a SET, para consultas de informações voltadas à plataforma Contasgov, e outro com o Banco do Brasil, sem valor determinado, referente à emissão de cartões de pagamento utilizados para despesas operacionais da Prodesp, como aquisição de licenças e abastecimento de veículos. Em relação às dispensas, foram realizados 38 pedidos e contratos, sendo dois contratos abaixo de [REDACTED] mil e 36 pedidos de compras distribuídos entre as sete diretorias da empresa.

Durante os comentários finais, o Conselho **sugeriu** que fosse apresentado, nas próximas reuniões, o **histórico mensal dos gastos com inexigibilidades e dispensas**, a fim de facilitar a análise de variações e a identificação de possíveis anomalias. A proposta foi bem recebida, com previsão de implementação já na próxima reunião. A recomendação é que se mantenham os dados detalhados por categoria, mas que seja priorizado o registro consolidado de gastos mensais, permitindo comparações mais efetivas.

Diante dos pontos discutidos, o Conselho **deliberou** e **recomendou** que: **a)** seja revista a metodologia de apuração de “economia” nas licitações, distinguindo claramente entre economia efetiva (quando há base comparável concreta) e economia projetada (com base em estimativas de mercado); **b)** seja implantado um histórico mensal dos gastos com inexigibilidade e dispensa de licitação, a ser incluído nos relatórios mensais apresentados ao Conselho; **c)** sejam formalizados tecnicamente os motivos que inviabilizem o uso de contratos anteriores como referência em novas contratações, especialmente nos casos em que há alterações substanciais no objeto; **d)** seja recomendada a realização de estudos de mercado mais aprofundados em situações onde não existam contratos similares, com o objetivo de aprimorar a acurácia dos valores de referência; **e)** fique registrado em ata que o valor de [REDACTED] milhões apresentado como economia em maio não representa economia efetiva, e sim um valor estimado com base em pesquisa de mercado, sem parâmetro comparativo validado.

Esses pontos foram acolhidos e deverão ser formalizados por e-mail, além de constarem na ata da reunião, com as providências a serem encaminhadas já para a próxima pauta do Conselho. Por fim, o Colegiado manifestou seu agradecimento aos responsáveis pela exposição, destacando a clareza na apresentação das informações e reconhecendo a relevância dos dados compartilhados para o adequado acompanhamento e a tomada de decisões estratégicas no âmbito do Conselho.

9. Ciência das informações sobre fatos relevantes a serem comunicados ao mercado (atendimento ao item 7.3 do planejamento anual do CF)

Foi informado pela representante do Escritório de Governança que, até a presente data, **não foram identificados fatos relevantes que demandem comunicação ao mercado.**

10. Outros assuntos de interesse social

Sobre esse item da pauta, a representante do Escritório de Governança fez uma ponderação quanto à ausência de registro do item 10 no **Follow-up do Conselho Fiscal**. Explicou que, na última reunião, a Sra. Paula informou que estava sendo desenvolvido um sistema específico de acompanhamento (Follow-up), em conjunto com a área de Inovação, com o objetivo de permitir a visualização em tempo real do andamento das deliberações, solicitações e encaminhamentos do Conselho. Como essa iniciativa estava sendo conduzida diretamente por ela em parceria com a equipe de Inovação, e ainda não havia sido formalmente compartilhada com todos os envolvidos, o item em questão não foi incluído no sistema até o momento.



A representante do Escritório de Governança esclareceu que, por não estar diretamente envolvida na condução desse projeto, não dispunha de informações detalhadas até então, mas assumiu o compromisso de buscar os dados atualizados para verificar em que estágio se encontra o desenvolvimento da ferramenta. Destacou, ainda, que, independentemente da finalização do novo sistema, todas as anotações, solicitações e recomendações feitas na presente reunião serão registradas em planilha e disponibilizadas no ambiente provisório de Follow-up, de forma a garantir a visibilidade e o acompanhamento por parte dos senhores conselheiros.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Secretária, lavrei a presente ata que após encaminhada, lida e achada conforme, será aprovada e assinada em momento posterior, dada a realização da reunião híbrida, com o que concordaram todos os Membros presentes.


Luzia Valeria Sarno
41940

LUZIA VALÉRIA SARNO

TARCILA PERES SANTOS

Presidente do Conselho Fiscal

Membro do Conselho Fiscal


Maurício Barutti De Oliveira
41932

MAURÍCIO BARUTTI DE OLIVEIRA

Membro do Conselho Fiscal

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO

Membro do Conselho Fiscal


Roberto César De Oliveira Viégas
45134

ROBERTO CÉSAR DE OLIVEIRA VIÉGAS

Membro do Conselho Fiscal


Sandra Marinalva Da Silva Soares
39619

SANDRA MARINALVA DA SILVA SOARES

Assessora da Coordenadoria de Escritório de Governança

Secretária da Reunião

Ata da reunião_2402513

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: 03541-269D0-C7432



Solicitação de assinatura iniciada por: Sandra M. d. S. S. em 14/10/2025

Assinaturas



Sandra Marinalva da Silva Soares
Assinou Eletronicamente



39619

Assinou em: 14 de outubro de 2025, 12:27:46 | [Redacted] | [Redacted]
[Redacted] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 141.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-0797



Mauricio Barutti de Oliveira
Assinou Eletronicamente



41932

Assinou em: 14 de outubro de 2025, 23:35:31 | [Redacted] | [Redacted]
[Redacted] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 141.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-7685



Luzia Valeria Sarno
Assinou Eletronicamente



41940

Assinou em: 15 de outubro de 2025, 17:08:15 | [Redacted] | [Redacted]
[Redacted] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 141.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-0574



Roberto César de Oliveira Viegas
Assinou Eletronicamente



Roberto César De Oliveira Viegas
45134



Assinou em: 22 de outubro de 2025, 09:29:42 | [REDACTED]
[REDACTED] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 141.0.0.0,
Windows 10 | Celular: (**) *****-1000



Wagner de Campos Rosário
Assinatura Pendente